

Monoparentalidade Voluntária: Autoridade e Rede Social na Construção do Vínculo

Sibely Joaquina Pereira Lima¹

Terezinha Féres-Carneiro²

Resumo

Este estudo tem como objetivo investigar a percepção dos pais sobre a construção do vínculo com os filhos na monoparentalidade. Foram entrevistados cinco mães e três pais, entre 35 e 58 anos, das camadas socioeconômicas médias da população urbana do Rio de Janeiro, membros de famílias planejadas - uma com filho biológico, outra com filhos biológicos e adotados, e seis constituídas por adoção. Os resultados foram analisados conforme o método de análise de conteúdo. Emergiram duas categorias de análise: exercício da autoridade solo e rede social de apoio. Os resultados apontaram o exercício da autoridade solo como um desafio, especialmente nos casos de adoção tardia, relacionado à contestação da autoridade, à triangulação com a família biológica, e à dificuldade de colocar limites e regras devido ao contexto anterior em que a criança vivia. A rede social de apoio apresentou-se como um tipo de vínculo significativo, mostrando-se diversificada, inclusive na maneira de constituir-se; observaram-se a abertura aos laços de afinidade, o aspecto criativo na sua construção e a participação de profissionais de diferentes áreas, especialmente da Psicologia. Apontamos a relevância de abrir um campo de estudos sobre essa nova forma de constituir família – a monoparentalidade adotiva.

Palavras-chave: família, monoparentalidade voluntária, vínculo, exercício da autoridade solo, rede social de apoio

Voluntary single parenting: authority and social network in the construction of the bond

Abstract

This study aims to investigate the parents' perception about the construction of the bond with their children in single parenthood. Five mothers and three fathers, between 35 and 58 years old, from the middle socioeconomic strata of the urban population of Rio de Janeiro, members of planned families were interviewed: one family with a biological child, another with biological and adopted children, and six constituted by adoption. The results were analyzed according to the content analysis method. Two categories of analysis emerged: exercise of solo authority and social support network. The results pointed out the exercise of single authority as a challenge, especially in cases of late adoption, related to contesting authority, triangulation with the biological family, and the difficulty of placing limits and rules due to the previous context in which the child lived. The social support network presented itself as a

¹ Doutoranda em Psicologia Clínica (PUC-Rio).

² Professora Titular do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

type of significant bond, showing itself to be diversified, including in the way it was constituted. The opening to ties of affinity, the creative aspect in its construction and the participation of professionals from different areas, especially from Psychology, were observed. We point out the relevance of opening a field of studies on this new way of forming a family – adoptive single parenting.

Keywords: family, voluntary single parenthood, bond; exercise of solo authority, social support network

As famílias monoparentais constituem uma das formas de parentalidade na sociedade contemporânea, participando da diversificação e complexificação das relações familiares da atualidade (Solis-Ponton, 2004). Com as aceleradas transformações sociais das últimas décadas, a família conjugal não se sustenta mais hegemonicamente e surgem novas estruturas nas quais hierarquias e funções se redesenham. Modificam-se as relações conjugais e parentais e o exercício da parentalidade torna-se cada vez mais complexo, convivendo com ideais tradicionais e lógicas modernas (Magalhães et al., 2017). Borges et al., (2015) acrescentam que, na contemporaneidade, o casamento vem deixando de ser prioridade nos planos de constituir família. Ao mesmo tempo em que ocorre um aumento do número de casais sem filhos, o casal conjugal perde a força de nuclearização da família. Esses fatos colocam em evidência a separação entre conjugalidade e parentalidade (Singly, 2011), com a consequência de que, na atualidade, a parentalidade torna-se predominante como fator constitutivo da família.

Sobre o conceito de parentalidade, vale notar que Freud (2009/1913-14) foi pioneiro nos estudos sobre as origens do parentesco e, ao introduzir os aspectos intrapsíquicos, abriu um campo de estudos que veio a distinguir parentesco de parentalidade (Solis-Ponton, 2004). Entretanto, mesmo que os princípios do funcionamento inconsciente regidos pela agressividade e sexualidade estejam na origem da parentalidade como estrutura psíquica, esta não existe “a priori” no inconsciente, pois precisa ser introjetada por meio da intersubjetividade e da transmissão intergeracional. A parentalidade é uma estrutura que se instala em ação e que evolui continuamente em simultâneo ao desenvolvimento do indivíduo e do grupo familiar; refere-se aos processos psicológicos que se desenvolvem a partir dos vínculos de parentesco, não se limitando ao aspecto biológico ou legal, mas referindo-se, sobretudo, ao preenchimento das condições exigidas pelas funções e papéis parentais. Trata-se do processo de *tornar-se pais* (Houzel, 2004), que envolve níveis conscientes e inconscientes, frequentemente conceituado como o processo de transição à parentalidade.

As famílias monoparentais colocam desafios ao exercício da parentalidade e constituem renovado objeto de pesquisa porque têm sofrido, elas mesmas, transformações. Em uma sociedade em movimento, distanciamos-nos daquilo que há apenas algumas décadas não era mais que uma marginalidade: enquanto as viúvas recebiam a compaixão da sociedade, as mães solteiras eram estigmatizadas por seu comportamento imoral. Após décadas de aceleradas transformações sociais, emerge na sociedade uma nova maneira de ingressar na monoparentalidade: voluntária e escolhida (Letablier & Wall, 2018).

Dados internacionais apontam o crescimento do número de famílias monoparentais. Uma pesquisa do Pew Research Center of U.S. Census Bureau (Livingston, G., 2018) observa que apenas 65% das crianças na atualidade moram em um lar biparental. Por outro lado, 25% das crianças abaixo de 18

anos moram em um lar monoparental, significando um aumento desde 1968 até 2017 de 12% entre as mães e de 4% entre os pais. Enquanto no Reino Unido houve um aumento de 15,2% de 1996 a 2017 (Office for National Statistics, 2017), na França, as famílias monoparentais com filhos abaixo dos 25 anos representam mais de 23% das famílias francesas em 2015 (Akiki, 2019).

No Brasil, a configuração monoparental foi reconhecida como uma entidade familiar em 1988 e foi introduzida a nova lei da adoção, que se abriu aos pais e mães solteiros (Prado, 2019). Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2015), constantes na Síntese de Indicadores Sociais de 2016 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016) em relação à totalidade dos arranjos familiares com filhos residentes, estimam em 26,8% o número de lares com responsável feminino, sem cônjuge e com filho(s), e em 3,6% aqueles com responsável masculino. Entretanto, estes dados não contemplam as especificidades pertinentes à diversidade das famílias monoparentais, pois neles tomam parte viúvos, divorciados e solteiros. É importante frisar que, atualmente, a monoparentalidade constitui uma categoria muito heterogênea, influenciada por fatores como a forma de ingresso, a idade dos filhos e dos pais, gênero, condições socioeconômicas, a origem da criança e as relações envolvidas no seu nascimento (Bundesministerium für Familien, Senioren, Frauen und Jugend [BMFSFJ], 2012). De acordo com cada situação, pais e mães confrontam-se com diferentes adversidades, o que coloca desafios tanto para as políticas públicas quanto para a pesquisa (Letablier & Wall, 2018).

O estudo da monoparentalidade tem sido alvo de controvérsias. Goldscheider, et al., (2015) pontuam que muitas pesquisas focalizaram as “mães solteiras”, uma vez que era este grupo que, inicialmente, crescia em número entre as famílias monoparentais. Os primeiros estudos sobre monoparentalidade focavam a ideia de déficit ao pensar a família monoparental, uma vez que era comparada com a família normativa, biparental, esta sim, considerada capaz de oferecer recursos às crianças (Mannis, 1999, como citado por Biasutti, 2016). O estudo desenvolvido por Weissmann (2015) a partir de casos clínicos, analisados sob a perspectiva da Psicanálise das Configurações Vinculares (Berenstein, 1987), com famílias de baixo extrato socioeconômico, enfoca o aspecto deficitário dessas famílias. Por outro lado, no prefácio desse livro, Berenstein (2015) ressalta que, embora considere a dificuldade de pensar uma família sem o vínculo do casal, propõe que se enxergarmos as famílias monoparentais como uma conformação que questiona os lugares estruturais clássicos, elas significariam algo novo, uma criação de época. O autor enfatiza a mudança de paradigma após maio de 1968, quando se passou a enxergar que para além da estrutura familiar havia sujeitos em relação e que os lugares nas relações parentais são resultado de um investimento, ou seja, o sujeito se investe no lugar de filho, de mãe ou de pai. Se anteriormente, os papéis sociais determinavam a cada um o seu devido lugar na ordem social e familiar, a partir do novo paradigma, os sujeitos se colocam em uma relação que os faz sujeitos, diferentes do que eram antes. Berenstein sugere que as famílias denominadas monoparentais, nome marcado pela perda ou falta, podem mostrar-nos novas formas de ser família. Mas para isso, deveríamos desenvolver novas formas de pensá-las. Entretanto, observamos escassez de pesquisas de campo que contemplem as ideias propostas por Berenstein, ou seja, que abordem as relações familiares na monoparentalidade a partir das formações de vínculos.

Para Berenstein (1987), a subjetividade não é somente determinada pelo pulsional, por via das identificações e das relações de objeto, mas através de cada vínculo significativo que o sujeito estabelece. A Psicanálise das Configurações Vinculares enfatiza uma nova concepção de sujeito, que se constitui no espaço da intersubjetividade e que passa a ser compreendido em sua dimensão familiar, geracional, social e cultural (Gomes e Levy, 2016). O vínculo é entendido como uma relação entre, pelo menos, dois egos. Na relação vincular, o desejo circula de forma bidirecional, pois ambos os egos são simultânea e sucessivamente lugar do desejo e da realização do desejo do outro. O vínculo é uma zona de encontro entre dois ou mais sujeitos, uma estrutura inconsciente que os liga numa relação de presença, constituindo-os dessa forma, como os sujeitos do vínculo. Por ser uma estrutura inconsciente, o vínculo se manifesta pelo sentimento de pertencimento do sujeito, que designa a ocupação de um lugar na estrutura vincular. A pertença não é definida a priori, e precisa ser constantemente reconhecida pelos outros, como também renovada pelo próprio sujeito. Fazem parte deste processo investidas simbólicas referenciais por meio do compartilhamento de representações, fantasias, objetivos e projetos com os outros sujeitos vinculados (Berenstein, 2003). Conforme Lisette Weissmann (2017), o que se tem modificado na sociedade contemporânea é a conformação dos vínculos, o que coloca em risco a ordem anterior, que organizava tanto o imaginário social quanto a estrutura familiar. Na concepção da autora, a maior abertura e liberdade em nossa sociedade possibilitaram e oportunizaram a criação de vínculos diversos. Todavia, frente a essa extrema liberdade, por vezes, o sujeito contemporâneo vê-se desamparado, indagando-se como ocupar os lugares pertinentes à estrutura social e familiar.

Um tipo especial de vínculo é postulado por Sluzki (1997), na visão sistêmica, como sendo a rede social de apoio. Existem diversos estudos sobre esse tema e, segundo o autor, a rede social é considerada atualmente um tipo de vínculo e pode ser entendida como a soma das relações que o indivíduo percebe como significativas, diferenciando-as, assim, da massa anônima da sociedade. Desse modo, ela não se restringe à família nuclear ou extensa; diz respeito também a todo conjunto de vínculos interpessoais do sujeito, que seja fundamental para a manutenção da sua vida tais como amigos, relações de trabalho e de estudo, inserção comunitária e práticas sociais. Compreendida assim, a rede social de apoio pressupõe diversos tipos de funções: companhia social, apoio emocional, ajuda material e de serviços, regulação ou controle social, guia cognitivo e de conselhos e acesso a novos contatos.

Benghozi (2010) salienta a constituição da rede social de apoio, pontuando que são as condições de exigência que criam a necessidade de funcionar em rede. O autor introduz os conceitos de *vínculo-rede* e de *rede viva*, a qual não é estabelecida por uma entidade estrutural organizadora, diferindo, portanto, da instituição que é uma rede fechada, pré-estabelecida. Segundo Seibel et al. (2017), a família influencia e é influenciada pela rede de apoio social e, ao passar por novos desafios, identifica e aciona sua rede de apoio de maneiras diferentes. A maneira como a família busca sua rede também depende da interação com o contexto onde reside.

Um novo formato de rede social de apoio, que contemple a capacidade de iniciativa dos pais e mães sozinhos, encontramos na França criado em 2016 pelo Ministério das Famílias e oito representantes de redes associativas: o site *Parent solo et compagnie*, um coletivo de auxílio mútuo

que permite aos pais e profissionais, em contato com as famílias monoparentais, compartilhar as boas ideias do cotidiano, romper o isolamento, especialmente nas regiões rurais, e suscitar os desejos de tomada de iniciativa (Skoutelsky & Lamy, 2017). O Ministério partiu da hipótese de que apesar do suporte oferecido pelas políticas públicas, resta ainda um ponto cego, que não diz respeito a financiamento ou a dispositivos suplementares: o direito ao repouso parental. Uma pesquisa-ação desenvolvida, associando o Ministério, organizações sociais, redes associativas, e pais e mães sozinhos, mostrou que esses pais e mães exprimiram dificuldades, além das questões financeiras, que fizeram emergir necessidades de apoio mútuo e o reconhecimento de sua capacidade de agir. A rede é coordenada pela realizadora da referida pesquisa, Laure Skoutelsky, e se enriquece continuamente ao promover encontros entre pais e mães com seus projetos, e outras redes associativas.

No mundo atual em constante movimento, os laços familiares nunca foram tão vitais (Walsh, 2016), o que nos conduz a buscar compreender tanto os principais desafios enfrentados pelas famílias monoparentais como também os processos que possibilitam a sua prosperidade. As principais questões colocadas à monoparentalidade dizem respeito à natureza e qualidade dos vínculos e às peculiaridades do exercício das funções parentais em uma família constituída apenas pelo vínculo parento-filial. Levando em conta a carência de pesquisas que abranjam a heterogeneidade e especificidades existentes nessa estrutura familiar, conduzimos uma pesquisa com o objetivo de investigar o processo de construção dos vínculos no exercício da monoparentalidade.

Método

Participantes

Participaram do estudo oito sujeitos, cinco mulheres e três homens com idades entre 35 e 58 anos, das camadas socioeconômicas médias, residentes na região metropolitana do Rio de Janeiro. A idade dos filhos variou entre três anos e meio e dezessete anos. Como critério de inclusão no estudo, o participante deveria ser um adulto, responsável sozinho pela criação de pelo menos uma criança ou adolescente. Como critério de exclusão, os filhos não deveriam ter menos de dois anos nem mais de dezoito. Os participantes foram indicados inicialmente pela rede de relacionamento da pesquisadora e, a seguir, por indicação dos próprios entrevistados, de modo que assim se configurou a classe socioeconômica média dos participantes. Na apresentação dos resultados, os participantes são nomeados como Mãe 1 a Mãe 5, e Pai 1 a Pai 3 (na forma abreviada: Mãe=M e Pai = P). O grupo é caracterizado por famílias que se constituíram, desde o início, como monoparentais, tratando-se de famílias planejadas: uma com filho biológico, outra com filhos biológicos e adotados, e seis constituídas por adoção:

(P1), 48 anos, engenheiro, mora com filho de 17 anos que adotou aos 12 anos. Trabalha como autônomo e desenvolve trabalhos com grupos de adolescentes na Igreja há muitos anos.

(P2), 58 anos, solteiro, mora com filho de 10 anos que adotou aos oito anos e sete meses, 15 dias após sua aposentadoria, como funcionário de um banco estatal.

(P3), 42 anos, militar, solteiro, fazia trabalhos voluntários em instituições com crianças e adolescentes. Mora com dois filhos: um com 11 anos, adotado aos oito; outro com 12 anos, adotado aos 10 anos.

(M1), 35 anos, solteira, empresária, buscou um genitor para seu filho, que não conseguiu se inserir como pai desde a gestação. Sempre morou somente com seu filho biológico de nove anos e, recentemente, mora também com seu pai divorciado.

(M2), 50 anos, divorciada, cirurgiã-dentista, mora com a filha de três anos e seis meses que adotou com a idade de dois meses. Moram na casa a mãe de 86 anos, viúva, com a doença de Alzheimer e uma sobrinha do ex-marido que faz faculdade e ajuda na casa.

(M3), 43 anos, divorciada, oficial de justiça, mora com dois filhos biológicos de seu casamento (filha de 23 anos e filho de 22), sem contato com o pai; e com dois filhos adotados, filhos biológicos de sua irmã adotiva: uma menina de seis anos adotada com a idade de dois anos, e um menino de quatro anos adotado ao nascer.

(M4), 39 anos, solteira, consultora de beleza, mora com a filha de sete anos, que adotou aos dois anos, por intermédio da instituição religiosa à qual pertence que a colocou em contato com abrigo de menores localizado em uma cidade do interior do estado do Rio de Janeiro.

(M5), 53 anos, solteira, advogada, mora com a filha de 10 anos que adotou com a idade de um ano e sete meses.

Instrumentos

Como instrumentos de investigação, foram utilizadas fichas biosociodemográficas, contendo nome, idade, sexo, profissão, religião, nível socioeconômico, tipo de configuração familiar, sexo e idade dos filhos, tipo de configuração da família de origem, sexo e idade dos irmãos; entrevistas gravadas em áudio que foram transcritas, posteriormente, na íntegra. O roteiro semiestruturado das entrevistas foi formulado a partir da revisão da literatura pertinente e teve 10 perguntas como base: Como é para você ser mãe/pai na sua família? Como é a relação entre você e seu filho? Na sua concepção de família, quais os limites e regras que você considera os mais importantes? O que seu filho significa para você? O que gera conflitos entre vocês? Vocês têm apoio de outras pessoas que ajudam? Na sua infância, como foi a sua relação com o/a seu/sua pai/mãe? Que expectativas você tem em relação ao seu filho? Quais você considera serem os principais desafios? Há ainda algo que você gostaria de falar sobre esse assunto?

Procedimentos

O contato inicial para a marcação das entrevistas foi feito por WhatsApp. As entrevistas foram presenciais, únicas, efetuadas individualmente, em local, data e hora determinados por cada participante, e tiveram duração média de uma hora. Durante a entrevista, a ordem de emergência dos temas foi determinada pela fala do entrevistado. Quando espontaneamente os sujeitos não abordaram alguns temas contemplados no roteiro, coube à entrevistadora formular as perguntas correspondentes.

Cuidados Éticos

O projeto que deu origem à pesquisa intitulado “Famílias Monoparentais: um estudo sobre a vivência da parentalidade”, foi aprovado pelo Comitê de Ética da instituição onde foi desenvolvido (processo número 12/2018) e foram seguidas as resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, pelo qual receberam informações sobre os objetivos da pesquisa, o anonimato de suas participações, o(s) responsável(eis) pelo o estudo, o sigilo das informações providas, a possibilidade de desistência da pesquisa e os riscos e benefícios que podem acarretar a eles, permitindo a utilização dos dados em ensino, pesquisa e publicação, sendo a identidade dos mesmos preservada.

Análise dos Dados

Os dados coletados foram submetidos ao método de análise de conteúdo, na sua vertente categorial, com a finalidade de investigar, a partir do material discursivo, as significações atribuídas pelos entrevistados aos fenômenos (Bardin, 2016/1977). Por meio da técnica categorial, foram destacadas categorias temáticas, organizadas a partir da semelhança entre os elementos contidos no material coletado. Para tal, procedeu-se a uma “leitura flutuante”, agrupando-se dados significativos, identificando-os e relacionando-os, até se destacarem as categorias de análise.

A construção do vínculo com os filhos emergiu das narrativas dos entrevistados na medida em que relatavam as interações com seus filhos. O relato dessas vivências se relacionava com temas que deram origem a categorias de análise. As narrativas sobre o estabelecimento de limites e regras originaram a categoria temática *exercício da autoridade solo*. As narrativas que exploraram a ajuda recebida no exercício da parentalidade originaram a categoria *rede social de apoio*. Tendo em vista que o objetivo deste estudo foi investigar a construção do vínculo com o(s) filho(s) no exercício da monoparentalidade, serão apresentadas e discutidas as categorias: *exercício solitário da autoridade e rede social de apoio*.

Análise e Discussão dos Resultados

Exercício da Autoridade Solo

Segundo Houzel (2004), o exercício é uma das dimensões da parentalidade e refere-se aos laços de parentesco e aos direitos e deveres prescritos pela sociedade. Portanto, é uma dimensão que transcende o indivíduo, sua subjetividade e seus comportamentos, pois se relaciona com os interditos próprios de uma determinada cultura, grupo social ou familiar como, por exemplo, o tabu do incesto. Os participantes narraram sobre a sua relação com os filhos no que tange o exercício da autoridade, uma vez que a colocação de limites e regras apareceu como um fator gerador de conflitos. Em primeiro lugar, os entrevistados salientaram a solidão vivida nesse exercício, o que é típico da monoparentalidade: “Eu não tenho ‘Vou chamar seu pai, fulano, me ajuda aqui’... eu que tem [sic] que ser o fiel da balança” (Mãe 2, 50 anos). Ou ainda:

A maior dificuldade que eu tenho é de criá-lo sozinho, porque, normalmente, quando você tem um casal, sempre tem aquele mais exigente e o mais flexível, e eu tenho que ser ao mesmo tempo as duas coisas . . . é o grande desafio que eu tenho . . . saber o ponto de equilíbrio . . . Às vezes eu fico, meu Deus do céu, eu estou exigindo demais ou eu não estou exigindo demais? (Pai 2, 58 anos)

Segundo os dados dos Cadernos Psicológicos da Agência Francesa de Adoção (AFA, 2008), o grande desafio a ser enfrentado por famílias monoparentais é o fato de os pais encontrarem-se sozinhos frente às questões, às dúvidas e à agressividade verbal (e às vezes físicas) dos filhos. Em nosso estudo, destacou-se como um dos desafios o exercício da autoridade solo, especialmente quando relacionado a fenômenos inerentes à adoção, tais como: a idade avançada da criança, o relacionamento com a sua família biológica e o contexto anterior em que ela vivia.

O M. tem dificuldade em ser contrariado. . . . Eu ainda não consegui colocar num nível que ele entenda que a minha palavra é a palavra final . . . Quando eu coloco o M. de castigo . . . ele fala assim “Ah, mas eu vou falar com a minha irmã!” . . . O D. nunca teve esse tipo de reação . . . porque ele entende que eu sou o pai dele . . . o que eu disser, tem que ser a lei. (Pai 3, 42 anos)

A adoção e seus fenômenos peculiares acrescentam uma especificidade a mais às famílias monoparentais. Uma das particularidades da adoção tardia é que as crianças com mais idade possuem mais poder de contestação. Além disso, a triangulação com a família de origem é um fator que acrescenta complexidade ao estabelecimento da hierarquia na nova família. M. de 11 anos, (adotado há menos de dois anos) ao contrapor-se à autoridade paterna, estabelece uma triangulação com a sua família biológica – na figura de sua irmã mais velha, casada e com filhos. Para McGoldrick et al. (2012) em muitos aspectos, as famílias com crianças acolhidas ou filhos adotados são como as famílias recasadas, já que existem duas famílias envolvidas: a família cuidadora e a família biológica. Um filho adotivo pode fantasiar que os seus pais biológicos seriam mais carinhosos, generosos, etc. A autora acrescenta que isso também acontece, sejam os pais biológicos conhecidos ou não, porque as pessoas estabelecem uma triangulação com uma lembrança ou ideia, da mesma forma que com uma pessoa real. Assim, nas famílias adotivas monoparentais o exercício da autoridade e o processo de definição de papéis e funções são mais complexos e delicados, pois o estabelecimento de hierarquia e fronteiras se distingue do que é conhecido na experiência parental tradicional.

Observaram-se ainda entre as famílias investigadas, diferenças no exercício da autoridade entre as famílias por via da adoção e a família biológica, especialmente quanto à colocação de limites e regras: “Ele veio de uma sociedade sem regras, então, botar regras pra ele é a morte” (Pai 1, 48 anos). O contexto anterior em que a criança viveu adiciona às dificuldades próprias da situação monoparental outros desafios, aumentando a complexidade na construção dos vínculos parento-filiais, como nos casos de P1, P3 e M5. Estes dados vão ao encontro dos resultados de Santos et al. (2011), que apontam, em um dos casos de famílias monoparentais adotivas, dificuldades em relação à educação do filho, uma vez que a criança não estava acostumada a ter limites. Vale notar que os nossos dados se referem a crianças adotadas com idades entre um ano e meio e 12 anos. Enquanto crianças adotadas quando bebês têm oportunidade de se desenvolver e de construir vínculos junto aos seus pais adotivos, as crianças adotadas tardiamente sofrem pelo menos uma ruptura relacional, ou ainda,

uma ausência de figuras afetivas estáveis no período crucial do desenvolvimento infantil. Além disso, trazem consigo estratégias de sobrevivência e comportamentos que desenvolveram em resposta ao seu ambiente anterior. Percebemos que a monoparentalidade por via da adoção abre um campo para novas e mais profundas investigações no que diz respeito à construção dos vínculos com os filhos.

Quanto à família monoparental biológica, a narrativa de M1 difere das demais, cujos filhos são adotivos. A hierarquia parece debilitada e surgem no decorrer da entrevista muitas vezes as palavras parceria, amizade, parceiro, amigos, o que é mais próprio de uma relação entre iguais. Sobre o prejuízo de uma hierarquia na relação entre mãe e filho em prol de um relacionamento afetivo, Mezan (2015) relata que algumas das famílias monoparentais parecem ser estruturadas por uma fantasia fundamental, a de que todos que a compõem funcionam em uníssono, cimentados por um único e mesmo desejo. O autor ressalta que esta crença inconsciente é posta em xeque pelo crescimento dos filhos. Levy (2005) indica a necessidade de existirem outras pessoas que incidam na relação e funcionem como um anteparo diante dos desejos de fusão da criança e do sujeito que desempenha a função materna.

Os relatos demonstram que se por um lado, os pais e mães que participaram desta pesquisa exercem a parentalidade sem ter, no âmbito doméstico, com quem compartilhar decisões, dividir a colocação de limites e regras, e enfrentar a agressividade dos filhos quando contrariados, por outro, eles não estão, necessariamente, solitários.

Ele não gosta de receber não, e com isso ele fica com raiva, e faz coisas que eu não gosto . . . ele não faz nada contra os outros, ele faz contra ele mesmo. . . . Ela [a psicóloga] falou pra ele “Você tem que descobrir uma coisa que faz você extravasar a sua raiva, porque raiva todo mundo sente”. (Pai 2, 58 anos)

Todos os participantes com filhos adotivos contam, em algum momento do processo de constituição familiar, com o apoio de profissionais, em especial, da Psicologia. Thevenot (2014) acrescenta que um adulto, como no caso das famílias monoparentais, frente aos cuidados com sua criança, exercerá de outras maneiras as funções parentais, dando à criança uma visão diferente, mas não *a priori* patogênica para o seu desenvolvimento. Levy (2005) assinala a importância da rede de apoio, que ajuda a lidar com os aspectos mais vulneráveis dessas famílias. Acrescentamos que, como apoio à constituição das famílias adotivas, *A Nova Lei da Adoção* (Brasil, 2009), além do cumprimento do período de convivência, prevê uma preparação psicossocial e jurídica, bem como um acompanhamento multiprofissional tanto no período que antecede a adoção quanto posteriormente. Desta forma, se o exercício da autoridade solo constitui um grande desafio, por outro lado, o contexto social apresenta-se como um modo de lidar com a vulnerabilidade nessas famílias, por meio da rede social de apoio.

Rede Social de Apoio

Observou-se que a rede social de apoio apresentou uma acentuada diversificação, contendo, portanto, variados tipos de interações, o que nos conduziu a compreender os processos que sustentam essas famílias, e suas diferenciações de acordo com o contexto familiar. Seibel et al. (2017) consideram

a família extensa como um tipo de rede de apoio muito significativa; entretanto, verificamos que nem sempre ela está presente:

No momento que eu estava fazendo a habilitação para a adoção . . . isso foi questionado. . . . Existe um conceito com o qual eu não concordo - você tem que, necessariamente, contar com . . . quando você fala apoio, você tá falando de aprovação da sua família . . . chega a ser uma contradição você ter uma família formada pela via da adoção, não biológica. Você tem que entender que, o que realmente conta, é, são as relações! Não necessariamente as relações consanguíneas! Então, da mesma forma, eu não busco as relações consanguíneas, numa situação como essa . . . não quero pedir que, por exemplo, meu irmão tome conta do meu filho pra eu ir trabalhar, porque a decisão foi minha e eu já sabia que ia ser assim . . . eu passei por isso no processo de habilitação, foi bastante desgastante, mas eu venci, eu tô aqui. (Pai 3, 42 anos)

Constatou-se que, especialmente nas famílias monoparentais masculinas por adoção, a família extensa é ausente ou tem papel muito reduzido. Sobre este tema, Santos et al. (2011), apontam como entrave, especificamente nos casos da adoção monoparental tardia por homens solteiros, a falta inicial do apoio da família extensa. Em contrapartida, o nosso estudo aponta as alternativas encontradas pelas famílias monoparentais femininas e masculinas da atualidade, no sentido da criação de novas redes de solidariedade para além dos laços de parentesco, Em nossa investigação, P3 acrescenta: “Eu tenho uma pessoa, que ela é minha amiga, ela também tem uma configuração familiar semelhante, e eventualmente, eu já precisei deixar os meus filhos com ela.” (Pai 3, 42 anos). Esses dados apontam para novas redes de solidariedade, que se baseiam não mais somente em laços de parentesco, mas em laços de afinidade. Conforme Levy e Féres-Carneiro (2002), em alguns casos de famílias monoparentais, pessoas próximas à figura parental podem auxiliar no exercício de papéis parentais, aumentando as possibilidades de socialização e identificações da criança ou adolescente. Outro aspecto da rede social de apoio diz respeito à dimensão criativa na sua construção:

[sobre quando precisa se ausentar] Uma operação de guerra (gargalhadas)! Assim, normalmente eu conto com meus pais apesar de eles não morarem no Rio . . . Às vezes eu faço eventos, e aí ela sai às cinco da escola e às vezes o evento vai até as sete da noite . . . Teve um período no mês da mulher, que eu fiz a semana inteira . . . E aí, a minha ajuda foi com as outras mães da escola . . . cada dia ela foi pra uma casa, um dia os meus pais buscaram, e uns quatro dias foi as outras mães. (Mãe 4, 39 anos)

A criatividade do cuidador na construção da rede vai ao encontro do conceito de *vínculo-rede* formulado por Benghozi (2010), uma *rede viva*, a qual não é pré-estabelecida, pois é construída a partir de condições de exigência, diferenciando-se da instituição, que é uma rede fechada. Seibel et al. (2017), acrescentam que a maneira como a família busca sua rede também depende da interação com o contexto social onde reside, de modo que a família influencia e é influenciada pela rede de apoio social.

Observamos, no grupo pesquisado, que o apoio externo algumas vezes é construído em interações com profissionais. Seis participantes descreveram a interação com o psicólogo. Em três casos ela se relaciona ao próprio processo de adoção, uma vez que esta implica em um processo de adaptação a um novo contexto e os abrigos recomendam a continuidade do tratamento já recebido. Mas, além disto,

aspectos predominantemente pertinentes à parentalidade solitária emergem na experiência de três participantes. Sobre a interação com o psicólogo, seguem duas narrativas:

Eu acho que tem ajudado, porque é uma maneira de ele falar com uma terceira pessoa, assim, alguém que, teoricamente, ele teria a liberdade de contar da maneira dele, né? Porque assim, a gente conversa, mas ele tem a visão dele e tem as questões dele . . . Eu acho que ele fica um pouco mais calmo quando ele volta de lá, parece que ele consegue escutar melhor o que ela tem a dizer . . . Quando ele tem uma crise um pouco mais séria, aí eu peço pra conversar com ela em particular”. (Pai 3, 42 anos)

Eu acho que foi fundamental, até pra eu entender o meu lugar na relação de mãe. . . . No início, eu não sabia . . . “eu não sei o que eu tô fazendo aqui, eu não sei o que dizer” . . . Aí eu tive que falar todo o histórico da minha vida pra ela me entender e entender a família, mas tinha que me ver antes, entendeu, até pra ver as minhas posições dentro dessa família, né? (Mãe 5, 53 anos)

A interação com o profissional da psicologia evidencia o apoio quanto ao suporte emocional e no estabelecimento de lugares e papéis, favorecendo a consolidação do vínculo parento-filial. Na família de M4, o apoio externo evidenciou-se por meio da intervenção da psicopedagoga da escola, facilitando o processo de separação e estabelecimento de lugares, ao apontar a necessidade de mãe e filha voltarem a passar a noite cada uma em seu quarto. Os dados levantados sugerem que a família monoparental na atualidade, especialmente quando voluntária, é uma modalidade de família na qual saberes especializados, por meio de seus respectivos profissionais, participam da rede de apoio. Vale notar que, enquanto a família da modernidade incluía na parentela os agregados e serviçais, a família contemporânea se articula para além dos espaços domésticos (Magalhães & al., 2017). Singly (2011) postula que a família contemporânea adquiriu autonomia da parentela, mas passou a depender de saberes especializados.

O conjunto dos resultados nos conduz à visão de rede de Sluzki (1997) que, como vista anteriormente, é considerada por ele como um tipo de vínculo que não se restringe à família nuclear - ou extensa, englobando igualmente amigos, relações de trabalho e de estudo, inserção comunitária e práticas sociais. Nesta concepção, a rede social de apoio pressupõe diversos tipos de funções: companhia social, apoio emocional, ajuda material e de serviços, regulação ou controle social, guia cognitivo e de conselhos e acesso a novos contatos.

Concordamos com Weissman (2015) ao pontuar que todas as épocas tiveram meios de subjetivação e de vinculação concernentes ao seu contexto histórico e que as diversas condições sociais e econômicas próprias deste século originaram outros modos de estar no mundo e fazer vínculo com o outro, o que pudemos observar nas interações das famílias monoparentais com as redes sociais de apoio, no grupo pesquisado. Estariam as famílias monoparentais contemporâneas mais abertas ao público que as outras famílias?

Considerações Finais

Quanto ao perfil do grupo pesquisado, os resultados obtidos confirmam as modificações que a monoparentalidade vem sofrendo nas últimas décadas: as famílias monoparentais passaram a ser

também masculinas e a existir por um ato de vontade. A análise dos dados coletados referentes à construção do vínculo com os filhos nas famílias monoparentais conduziu-nos a resultados que envolvem os desafios colocados pelo exercício da autoridade solo e o papel da rede social de apoio em todo o processo. Assim, nossos resultados apresentam o aspecto mais desafiador na relação com os filhos como sendo o exercício da autoridade, que se diferencia entre as famílias constituídas por via da adoção e a família biológica. Entretanto essas famílias encontram novas formas de exercer as funções parentais, sobretudo no exercício da autoridade.

Em relação ao exercício da autoridade solo, tomar decisões, e colocar e sustentar limites e regras no dia a dia revelaram-se como um grande desafio, que envolve também as dificuldades enfrentadas pelos pais por estarem sozinhos frente às reações dos filhos quando contrariados. Entretanto, esses pais, mesmo sozinhos, encontram diversas maneiras de lidar com essas situações. As dificuldades relacionadas à imposição de limites foram relacionadas, em três casos, aos contextos anteriores nos quais as crianças viveram, nos quais elas não estavam acostumadas a ter limites. Observou-se a complexidade no estabelecimento da hierarquia face à triangulação da criança com sua família biológica. Esses dados abrem um campo específico de investigações dentro da heterogeneidade que caracteriza o grupo das famílias monoparentais: a adoção monoparental.

Na família biológica, a hierarquia mostrou-se debilitada em favor de um relacionamento predominantemente afetivo com o filho, o que vai ao encontro do pensamento de Levy (2005) sobre a necessidade da existência de outras pessoas que possam incidir na relação, e exercer uma função de anteparo diante dos desejos de fusão, tanto da criança quanto do sujeito que desempenha a função materna. Mas, se por um lado, o exercício da autoridade constitui um desafio, por outro, o contexto social apresenta-se como um meio de lidar com a vulnerabilidade dessa família.

A heterogeneidade que marca a configuração monoparental de família se faz notar igualmente na diversificação da rede de apoio, que aparece em diferentes momentos, de diferentes formas, além de poder ser construída a partir de diferentes iniciativas. A rede social de apoio não se restringe apenas à família extensa, vizinhos, colegas e amigos, mas vai bem mais além, baseando-se também em laços de afinidade e apresentando grande variedade como, por exemplo: instituições de acolhimento e seus profissionais, Igrejas, grupos de adoção, redes sociais (virtuais), parentes e irmãos dos filhos e outros profissionais das áreas da educação, do direito e da saúde.

Um dos aspectos evidenciados na rede social do grupo estudado relaciona-se ao fato de ela não existir “a priori”, mas ser construída de acordo com a situação de emergência, resultando da criatividade do/a pai/mãe na interação com seu meio ambiente. Ao criar redes de apoio, de acordo com a situação de emergência, esse/a(s) pais/mães encontram novas formas de exercer papéis e funções parentais. A interação com o psicólogo se presentificou especialmente em três casos, de modo a conferir suporte emocional, e auxiliar no estabelecimento de lugares e papéis, contribuindo assim na construção do vínculo parento-filial. A participação do psicólogo na rede social de apoio evidencia que a família monoparental, especialmente quando voluntária, é uma modalidade de família na qual os saberes especializados, através de seus profissionais, participam da rede de apoio.

Os resultados deste estudo nos levam a constatar algumas mudanças na forma de enxergar a monoparentalidade, ocorridas nas últimas décadas. Enquanto no passado as famílias monoparentais

eram defrontadas necessariamente com o alto risco de isolamento, hoje, constatamos que elas se abrem a outras pessoas, profissionais e sistemas, podendo até mesmo criar novas redes. O respaldo legal desde 1988 e a diversificação da rede social de apoio permitem que, hoje, elas se proliferem. Assim, as famílias monoparentais não devem ser avaliadas apenas como um déficit em relação à família conjugal, pois muitas delas, ao responderem aos desafios e às demandas impostas pela cultura contemporânea, criam novas formas de exercer as funções parentais e viver o vínculo parento-filial, apontando para novos modos de subjetivação nas relações familiares da atualidade. Consideramos importante, portanto, que futuras pesquisas levem em consideração tanto seus desafios quanto suas possibilidades.

Os resultados desta pesquisa apresentam limitações, uma vez que a monoparentalidade voluntária aqui estudada não abrange as famílias formadas por meios como a reprodução assistida. Além disso, o perfil do grupo estudado não representa a monoparentalidade como acontece na maioria estatística da população brasileira. Os problemas destas últimas encontram-se em grande parte associados determinantes de natureza social, que compreende dificuldades materiais e educacionais, além de emocionais.

Entretanto, o grupo de famílias monoparentais formadas majoritariamente por adoção constitui uma parcela cada vez mais expressiva da sociedade e com significativa função social, levando-se em consideração a realidade brasileira de crianças em instituições de acolhimento que aguardam pertencerem a uma família. Sobretudo, a compreensão sobre como estão relacionados o exercício da autoridade, a interação com a rede social de apoio com a configuração familiar, a história da família, suas características específicas e o contexto no qual ela se insere, pode trazer contribuições para a forma de pensar as diferentes famílias monoparentais, para o aprofundamento das teorias de família e também para a prática clínica.

Referências

- Agence Française de l'Adoption - AFA. (2008). L'enfant adopté par un(e) célibataire. *Cahier Psy 7*. <http://www.agence-adoption.fr/lafa-vous-informe/cahiers-psy/7/>
- Akiki, Michel (2019) – 27 % des familles avec enfant(s) sont monoparentales. *Insee Analyses Corse n. 24, Février 2019. Figure 1*. Retirado em 3/02/2020 do Institut national de la statistique et des études économiques. <https://www.insee.fr/fr/statistiques/3714737>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70 LDA/Almedina Brasil (Original publicado em 1977).
- Benghozi, P. (2010). *Malhagem, filiação e afiliação*. Vetor editora.
- Berenstein, I. (2015). Prólogo. In L. Weissmann, *Famílias monoparentais* (2ª, pp. 19–26). Casa do Psicólogo (Original datado de 2009).
- Berenstein, I. (1987). *Psicoanalizar una familia*. Paidós.
- Biasutti, C. M. (2016). *Parentalidade em casos de adoção monoparental* (dissertação de mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo. <http://repositorio.ufes.br/handle/10/9047>
- Brasil. Lei nº 12.010 de 3 de agosto de 2009 (2009). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l2010.htm

- Bundesministerium für Familien Senioren Frauen und Jugend - BMFSFJ- (2012). Alleinerziehende in Deutschland: Lebenssituationen und Lebenwirklichkeiten von Müttern und Kindern. *Monitor Familienforschung* (Ausgabe 28). <https://www.bmfsfj.de/blob/76232/4abcbfc3b6124fcc2766fd4cc11e87c/monitor-familienforschung-ausgabe-28-data.pdf>
- Freud, S. (2009). Totem e tabu (1913-1914). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Imago.
- Goldscheider, F.; Scott, M. E.; Lilja, & Bronte-Tinkew, J. (2015). Becoming a single parent: The role of father and mother characteristics. *Journal of Family Issues*, Vol. 36(12), 1624–1650. <https://doi.org/10.1177%2F0192513X13508405>
- Houzel, D. (2004). As implicações da parentalidade. In L. Solis-Ponton (Ed.), *Ser pai, ser mãe: Parentalidade, um desafio para o próximo milênio* (pp.47-51). Casa do Psicólogo.
- Leão, F., Porta, D., Pauli, C., Antoniazzi, M., & Siqueira, A. (2017). Reflexões teóricas sobre maternidade e adoção no contexto da monoparentalidade feminina. *Pensando Famílias*, 2(21), 45–59. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000200005
- Letablier, M.-T. & Wall, K. (2018). Changing lone parenthood patterns: New challenges for policy and research. In L. Bernardi & D. Mortelmans (Eds.), *Lone parenthood in the life course* (pp. 29-53). Springer International Publishing AG. https://doi.org/10.1007/978-3-319-63295-7_2
- Levy, L. (2005). Famílias monoparentais adotivas: A importância de uma rede de apoio. In T. Féres-Carneiro (Ed.), *Família e casal: Efeitos da contemporaneidade* (pp. 50–57). Ed. Puc-Rio/Prospectiva.
- Levy, L; Féres-Carneiro, T. (2002). Famílias monoparentais femininas: Um estudo sobre a motivação de mulheres que adotam. *Interação Em Psicologia*, 6(2), 243–250. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v6i2.3312>
- Magalhães, A. S., Féres-Carneiro, T., Machado, R. N., & Dantas, C. R. (2017). Modos de vinculação na família: A fratria em questão. In T. Féres-Carneiro (Ed.), *Casal e família: Teoria, pesquisa e clínica*, (pp.97-114). Ed. PUC-Rio/Propesctiva.
- McGoldrick, M., Gerson, R., Petry, S. (2012). *Genogramas: Avaliação e intervenção familiar*. Artmed.
- Mezan, R. (2015). Prefácio. In L. Weissmann (Ed.), *Famílias monoparentais* (2a, pp. 13–17). Casa do Psicólogo.
- Office for National Statistics: Families and households 2017. *Figure 1: Families by family type, 1996 to 2017*. Retirado em 03/02/2020 do <https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/birthsdeathsandmarriages/families/bulletin/s/familiesandhouseholds/2017>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2016). *PNAD (2015)* Retirado em 07/05/2017 da Síntese de indicadores sociais 2016, famílias e arranjos, tabela 2.4. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=18830&t=downloads>
- Livingston, G. (2018). About one-third of U. S. children are living with an unmarried parent. *Fact-tank, News in the numbers 04/2018*. Retirado em 03/02/2020 do Pew Research Center

<https://www.pewresearch.org/fact-tank/2018/04/27/about-one-third-of-u-s-children-are-living-with-an-unmarried-parent/>

- Prado, M. R. do. (2019). Adoção monoparental. *Jusbrasil*.
<https://godoyromualdo.jusbrasil.com.br/artigos/726874521/adocao-monoparental?ref=serp>
- Santos, C. P. dos, da Fonsêca, M., Fonsêca, C. & Dias, C. (2011). Adoção por pais solteiros. *Psicologia: Teoria e Prática*, 13(2), 89–102. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v13n2/v13n2a07.pdf>
- Seibel, B. L., Falceto, O. Garcia, Hollist, C. S., Springer, P., Fernandes, C. L. C., & Koller, S. H. (2017). Rede de apoio social e funcionamento familiar: Estudo longitudinal sobre famílias em vulnerabilidade social. *Pensando Famílias*, 21(1), 120–136. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v21n1/v21n1a10.pdf>
- Singly, F. de. (2011). *Sociologia da família contemporânea* (1st ed.). Ed Texto & Grafia, Lda.
- Skoutelsky, L., & Lamy, A. (2017). Interview: Parents solos et compagnie, un site très participatif. *L'école Des Parents*, (623), 48–49. <https://www.cairn.info>
- Sluzki, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica*. Casa do Psicólogo.
- Solis-Ponton, L. (2004). A construção da parentalidade. In L. Solis-Ponton (Ed.), *Ser pai, ser mãe: Parentalidade, um desafio para o próximo milênio*, (pp.29-40). Casa do Psicólogo.
- Thevenot, A. (2014). Genre et fonctions parentales. *Journal électronique interne de l'Université de Strasbourg*. <http://ea3071.unistra.fr/wp-content/uploads/2012/12/genre-parentalité.pdf>
- Walsh, F. (2016). Diversidade e complexidade nas famílias do século XXI. In *Processos normativos da família: Diversidade e complexidade* (pp. 3–27). Artmed.
- Weissmann, L. (2015). *Famílias monoparentais: Um olhar da teoria das configurações vinculares* (2ª). Casa do Psicólogo.
- Weissmann, L. (2017). Composições familiares e filiação na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 51(4), 159–172. <http://www.bivipsi.org/wp-content/uploads/RBP-51-4-9.pdf>

Endereço para correspondência

sibely_lima@yahoo.com.br
teferca@puc-rio.br

Enviado em 27/09/2020

1ª revisão em 18/04/2021

2ª revisão em 08/12/2021

Aceito em 24/02/2022